

**BOLETIM  
INFORMATIVO**

**COMISSÃO DE  
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO**

janeiro a dezembro de 2022



CONSELHO  
NACIONAL DO  
MINISTÉRIO PÚBLICO

## PROJETO GOVERNANÇA DE DADOS E TRANSFORMAÇÃO DIGITAL NO MINISTÉRIO PÚBLICO



O Projeto de Governança de Dados e Transformação Digital no Ministério Público foi instituído pela Comissão de Planejamento Estratégico – CPE por meio da [Portaria CPE nº 5/202](#), que objetiva utilizar o potencial da ciência de dados e da tecnologia da informação para promover a gestão fiscalizatória mais efetiva e estratégica.

A partir da governança de dados e sua intersecção com ferramentas tecnológicas, a iniciativa busca contribuir para a atuação

institucional orientada por dados, que permitam maior efetividade na priorização de demandas, no controle de políticas públicas e na proteção do patrimônio público.

Com esse propósito, o Projeto atua sobre três pilares da transformação digital: tecnologia, dados e inovação. Mediante a atuação em rede, a iniciativa visa ampliar o acesso a sistemas e a bases de dados, além de fomentar maior tomada de decisões a partir da análise de dados. Além disso, a utilização de ferramentas para automatização de processos repetíveis e de análise de grande volume de dados confere maior precisão e agilidade ao processo decisório.

Os sistemas e a tecnologia são o suporte para um modelo de atuação institucional voltado para resultados. O que se almeja, de fato, é que cada membro do MP tenha ao seu alcance dados que o auxiliem na definição de prioridades institucionais e subsidiem investigações, reduzindo a subjetividade das decisões e permitindo a veiculação de demandas com maior celeridade e menor custo social.

Referida medida, ao tempo em que fomenta a identidade institucional, reforça a independência funcional, uma vez que o membro terá mais subsídios para conduzir sua fiscalização de forma mais eficiente, de forma judicial ou extrajudicial.

### [Saiba mais sobre o Projeto de Governança de Dados e Transformação Digital no Ministério Público](#)

#### Notícias relacionadas:

[CNMP institui projeto de governança de dados e transformação digital no Ministério Público](#)

[“Os membros do Ministério Público devem ter visão de gestores”, destaca conselheiro Moacyr Rey Filho](#)

[CPE apresenta projeto que busca fomentar a transformação digital no Ministério Público](#)

## OFICINAS DE TRABALHO



A Comissão de Planejamento Estratégico do Conselho Nacional do Ministério Público – CPE/CNMP realizou, entre os dias 27 e 29 de abril de 2022, oficinas de trabalho com representantes de todas as unidades e ramos, indicados pelos respectivos Procuradores-Gerais para compor o grupo do trabalho "Governança de Dados e Transformação Digital no Ministério Público" ([Portaria CNMP-Presi nº 78/2022](#)).

A instituição do GT visa assegurar a representatividade nacional na construção da estratégia de inovação digital do Ministério Público, além de contribuir para fortalecer a atuação coordenada e efetiva por parte dos ramos e das unidades do Ministério Público.

O objetivo do encontro foi identificar os sistemas utilizados pelas unidades ministeriais em sua atuação finalística, com foco no potencial de reutilização por parte dos Ministérios Públicos.

Como atividade preparatória às oficinas, as unidades encaminharam informações relativas aos seus respectivos sistemas em uso, distribuídos em 4 categorias: sistemas para fluxo de processos e procedimentos da área-fim; sistemas de consulta a bases de dados para atender à atividade finalística; sistemas ou soluções de análise para atividade-fim (BIs, IA, alertas, etc.); soluções de georreferenciamento. Para cada sistema, as unidades preencheram um formulário específico do tipo *LimeSurvey* com perguntas acerca das especificidades inerentes às soluções tecnológicas e relativas à facilidade de reuso e aderência.

O mapeamento permitiu identificar as ações necessárias para tornar a rede mais eficiente, integrada e colaborativa. A partir do levantamento, será constituído um repositório das soluções digitais, que permitirá a valorização dos produtos e a facilitação do compartilhamento entre as unidades ministeriais.

Por fim, registra-se que os debates havidos durante a oficina propiciaram a interpretação e a contextualização dos dados obtidos por meio do formulário, além de profícuas reflexões sobre o cenário atual, desafios e perspectivas para fomentar a transformação digital no Ministério Público<sup>1</sup>, os quais servirão de subsídio à CPE na elaboração da Estratégia Nacional do MP Digital e na formulação de políticas institucionais.

### Notícias relacionadas:

[Instituído grupo de trabalho sobre Governança de Dados e Transformação Digital no Ministério Público](#)

[Em Brasília, membros do Ministério Público fazem mapeamento de sistemas utilizados para a atuação finalística](#)

---

<sup>1</sup> Destacam-se: cenário de desconhecimento acerca dos sistemas tecnológicos já desenvolvidos pelas unidades ministeriais e baixo compartilhamento dessas iniciativas; sobreposição de iniciativas; desenvolvimento tecnológico não uniforme entre as unidades ministeriais; necessidade de fortalecimento da cultura de dados (tomada de decisão baseada em evidência de dados); carência de um canal efetivo e contínuo para indução e compartilhamento de boas práticas que possam levar a um maior reaproveitamento de sistemas, processos ou até mesmo da forma de contratação de soluções tecnológicas; ausência de integração (Interoperabilidade) entre os sistemas processuais do Ministério Público e entre outros órgãos que integram o Sistema de Justiça.

## VISITAS TÉCNICAS PARA CONHECIMENTO DE PRÁTICAS INOVADORAS

Com objetivo de conformar novas experiências do exercício da atividade finalística, especialmente no que se refere ao uso de ferramentas tecnológicas aptas a potencializar a efetividade da atuação ministerial, a Comissão de Planejamento Estratégico (CPE/CNMP) promoveu, no âmbito do Projeto Governança de Dados e Transformação Digital no Ministério Público, visitas técnicas institucionais às unidades e ramos do Ministério Público.

Listam-se algumas iniciativas e soluções tecnológicas desenvolvidas pelas unidades ministeriais:

UNIDADE/RAMO MINISTERIAL	PROJETOS	NOTÍCIAS RELACIONADAS
<p><b>MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ (MP/CE)</b></p>	<p><b>Projeto Cientista Chefe:</b> visa aproximar a universidade dos órgãos públicos, a partir do desenvolvimento de soluções e alternativas para problemas específicos enfrentados pelo Ministério Público. Uma das ferramentas desenvolvidas no âmbito deste Projeto foi o <b>Portal de exploração de evidências digitais</b>, que será implantado em breve no MP/CE, e tem como objetivo auxiliar nas investigações conduzidas pelo órgão, por meio de cruzamento de dados e modos, como o de reconhecimento facial. O projeto também busca construir ferramentas que aumentem a produtividade e a qualidade das análises feitas pelo Ministério Público.</p>	<p><a href="#">CNMP e MPDFT conhecem projetos de inovação e transformação digital do MP/CE</a></p> <p><a href="#">CNMP reconhece projetos de inovação e transformação digital do MP/CE como boas práticas para o MP brasileiro</a></p>
<p><b>MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (MP/RJ)</b></p>	<p><b>Parquet Digital:</b> utiliza sofisticada programação, inteligência artificial e automatização para auxiliar o trabalho do promotor de Justiça tanto na observação de fatos relevantes da realidade social quanto para a gestão adequada dos processos, procedimentos e resultados da atuação ministerial;</p> <p><b>Impacta:</b> programa de Inovação Aberta do MP/RJ, que busca soluções para nove desafios relacionados à atuação da Instituição;</p> <p><b>Projeto Lyra:</b> coleta dados no TJ/RJ e utiliza inteligência artificial para identificar questões com grande volume de ações individuais e que possam vir a ser tratadas de forma coletiva, otimizando a atuação ministerial em prol da sociedade.</p>	<p><a href="#">Comissão de Planejamento Estratégico do CNMP realiza visita ao MP do Rio de Janeiro</a></p>
<p><b>MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE</b></p>	<p><b>MP 4.0:</b> institucionalizou a inovação, erigindo-a como tema central do plano de gestão, com um capítulo específico sobre transformação digital;</p>	<p><a href="#">CNMP conhece projetos de inovação digital no Ministério Público de Santa Catarina</a></p>

UNIDADE/RAMO MINISTERIAL	PROJETOS	NOTÍCIAS RELACIONADAS
SANTA CATARINA (MP/SC)	<p><b>Programa Transformação MP:</b> estimula e apoia as promotorias de Justiça na elaboração e implementação de estratégias que solucionem problemas da realidade local, além de possibilitar que ações e estratégias exitosas sejam compartilhadas e replicadas em outras promotorias.</p>	
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO (MP/SP)	<p><b>Harpia:</b> sistematiza dados e informações relacionadas às áreas criminal e de atuação específica dos Grupos de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaecos);</p> <p><b>Vinea:</b> ferramenta que auxilia as Promotorias da Infância e Juventude na análise de dados de atos infracionais e na compreensão de seus contextos, fomentando a construção de políticas públicas adequadas à realidade local.</p>	<p><a href="#">Comissão de Planejamento Estratégico do CNMP conhece iniciativas de inovação digital do MP/SP</a></p> <p><a href="#">MPSP apresenta soluções de inovação digital ao Conselho Nacional do Ministério Público</a></p>
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL (MP/MS)	<p><b>Inovation Lab:</b> ferramenta que utiliza inteligência artificial para a aplicação eficiente da Lei Maria da Penha”.</p> <p><b>Robô da Ficha Limpa:</b> A tecnologia desenvolvida pelo Laboratório de Inovação do MPMS pesquisa, de forma rápida, informações acerca dos candidatos que registram suas candidaturas para concorrerem às eleições, em diversas fontes, como Tribunal de Contas da União; Conselho Nacional de Justiça; Tribunal Regional Federal da 3ª Região; Tribunal Regional Eleitoral; SAJ/MP, a base do MPMS; além dos Portais da Transparência de todos os municípios de Mato Grosso do Sul.</p>	<p><a href="#">CNMP e MP/MS celebram acordo sobre aprimoramento de gestão e processos de inovação</a></p>
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS (MP/GO)	<p><b>Portal de Apoio à Investigação (PAI):</b> ferramenta que realiza pesquisa analítica inteligente a partir de bases de dados compartilhadas com a instituição. A ferramenta, desenvolvida há alguns anos, é de acesso direto pelos promotores e servidores devidamente cadastradas, o que permite a descentralização do trabalho de inteligência aplicado a investigações.</p> <p><b>Forseti:</b> Sistema de inteligência de dados desenvolvido com tecnologias de Big Data. Ele permite realizar o cruzamento de grande quantidade de informações, utilizando Inteligência Artificial para geração de conhecimento por meio de pesquisa inteligente.</p> <p><b>Cerberus:</b> Concebido para o gerenciamento e controle de acessos e fluxo de visitantes em unidades do MP. É uma ferramenta pensada dentro da política de segurança institucional.</p>	<p><a href="#">CNMP conhece sistemas de apoio à investigação, monitoramento da segurança e interlocução com cidadão</a></p>

UNIDADE/RAMO MINISTERIAL	PROJETOS	NOTÍCIAS RELACIONADAS
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA (MP/RO)	<p><b>Extradigital</b>: ferramenta para controle do fluxo de procedimentos extrajudiciais;</p> <p><b>Agnom</b>: ferramenta de web desenvolvida pelo MP/RO com o objetivo de gerenciar as atividades dos Oficiais de Diligências, para assegurar a distribuição equitativa das diligências entre os servidores que exercem a atividade e permitir controle efetivo dos serviços realizados;</p> <p><b>Laudus</b>, sistema desenvolvido para controlar todo fluxo das atividades do Núcleo de Análises Técnicas do MP/RO.</p>	
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAÍBA (MP/PB)	<p><b>Pandora</b>: sistema de investigação que possibilita a implementação de modelos de análise de grande volume de dados para a detecção, de forma sistemática, de risco de crime contra a administração pública. Referida ferramenta vem sendo amplamente utilizada pelo MP/PB e por outras 15 unidades ministeriais nos processos investigativos.</p> <p><b>Ajunta</b>: desenvolvido em parceria com o Tribunal de Contas da Paraíba (TCE-PB), tem por objetivo detectar indícios de formação de conluio entre participantes de licitações públicas.</p>	<a href="#">CNMP conhece ferramentas de boas práticas do MP/PB e acompanha maratona de soluções tecnológicas</a>
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS (MPDFT)	<p><b>“Mapa Social”</b>: ferramenta de pesquisa, que oferece, em tempo real, os principais dados e indicadores da realidade social do Distrito Federal nas áreas de educação, saúde e orçamento. Além de nortear a atuação judicial e extrajudicial da instituição, a plataforma também pretende oferecer ao cidadão a oportunidade de acompanhar o andamento dos serviços públicos. A previsão é de que as próximas áreas abordadas pelo projeto sejam a segurança pública e mobilidade;</p> <p><b>“Confiteor”</b>: desenvolvido pelo MPDFT para análise dados bancários junto às instituições financeiras.</p>	<a href="#">Comissão do CNMP conhece ferramentas tecnológicas do MPDFT</a>
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL SECRETARIA DE PERÍCIA, PESQUISA E ANÁLISE (SPPEA/MPF)	<p><b>“Radar”</b>: Sistema de consulta que permite o acesso rápido e ágil a um conjunto de bases armazenadas nos bancos de dados da SPPEA. Os dados são obtidos por meio de acordos de cooperação técnica ou contratos celebrados com órgãos da Administração Pública e entes privados, além de serem obtidos, não raramente, em razão do exercício do poder requisitório dos membros do MPF.</p> <p><b>“GeoRadar”</b>: sistema avançado de informações georreferenciadas, que contempla grande quantidade de bases cartográficas digitais públicas ou obtidas de órgãos públicos ou de entidades privadas. A plataforma é interoperável com o sistema Radar, e há previsão de haver interoperabilidade, também, com a Plataforma dos Povos e Comunidades Tradicionais.</p>	<a href="#">Comissão de Planejamento Estratégico do CNMP conhece sistemas tecnológicos do MPF</a>

UNIDADE/RAMO MINISTERIAL	PROJETOS	NOTÍCIAS RELACIONADAS
<b>MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE (MPRN)</b>	<p><b>“Confúcio”</b>: monitora os Portais de Transparência dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte, incluídas as Câmaras Municipais, por meio de varreduras diárias, identificando se há compatibilidade dos sítios eletrônicos com a legislação pertinente, bem como se há conformidade dos gastos públicos.</p> <p><b>“Matilha”</b>: módulo de gestão e análise de vínculo, um sistema web, destinado a identificar visualmente, por meio de gráficos (grafos), os relacionamentos (vínculos/relação) existentes entre as informações obtidas das investigações (pessoas físicas ou jurídicas, imóveis, telefones, locais/endereços, ligações telefônicas, transações bancárias, viaturas em atendimentos, crimes, etc), a partir de bases de dados a que o MPRN tenha acesso ou estejam disponíveis na WEB (obtidos através de mineração de dados em determinadas fontes de informação disponíveis na internet: redes sociais; sites de tribunais dentre outros).</p>	

## ESTRATÉGIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DIGITAL (MP DIGITAL)



Durante a 16ª Sessão Ordinária de 2022 do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), realizada no dia 25 de outubro, a Comissão de Planejamento Estratégico (CPE) apresentou proposta de Resolução para instituir a Estratégia Nacional do Ministério Público Digital (MP Digital).

A Estratégia visa estabelecer diretrizes de governança e gestão que impulsionem o desenvolvimento, a coordenação, o planejamento, a priorização e a implementação

de estratégias de inovação e fomento à evolução digital no Ministério Público.

Entre os objetivos do MP Digital estão a instituição de uma rede nacional de inovação digital e o incentivo à modernização e ao aprimoramento da atuação ministerial por meio da difusão da cultura da inovação.

Em acréscimo, a Estratégia busca subsidiar o Plenário e as Comissões do CNMP na elaboração de projetos, ações e atos regulamentares que demandem desenvolvimento tecnológico por parte das unidades e ramos do Ministério Público, alinhando o aperfeiçoamento da atuação funcional à necessária evolução tecnológica, respeitadas as particularidades locais e a autonomia institucional.

[Veja a íntegra da Proposta de Resolução](#)

**Notícia relacionada:**

[Conselheiro apresenta proposta que institui a Estratégia do MP Digital](#)

## PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO MP DIGITAL: EIXOS DE ATUAÇÃO

# MP digital

Estratégia Nacional do Ministério Público Digital

O MP Digital foi desenvolvido no âmbito do Projeto de Governança de Dados e Transformação Digital no Ministério Público, instituído pela Comissão de Planejamento Estratégico – CPE, mediante [Portaria CPE nº 5/2022](#).

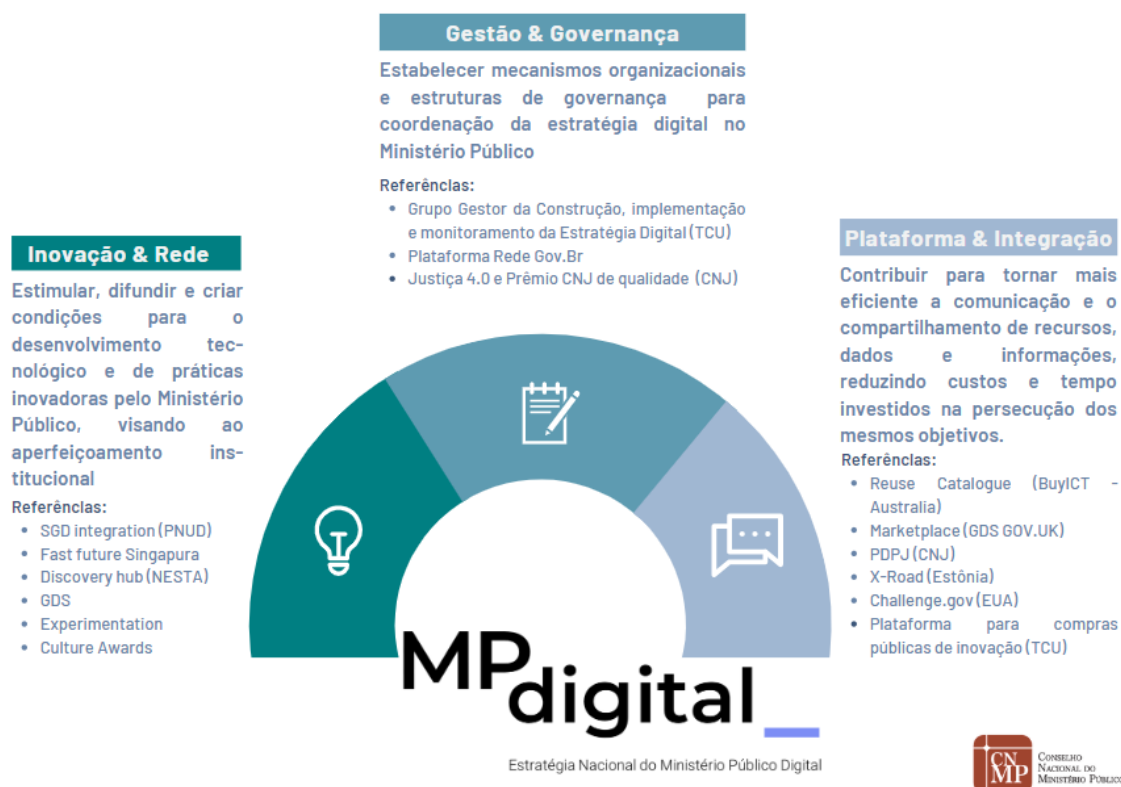
Nos últimos 11 meses, foram realizadas visitas técnicas para conhecimento de soluções tecnológicas e de projetos desenvolvidos pelos Ministérios Públicos, além de oficinas para mapeamento de cenário e promoção de estudos e trocas de experiências acerca de estratégias para inovação digital no setor público.

A definição dos eixos de atuação da Estratégia Nacional do Ministério Público Digital (MP Digital) levou em consideração as dificuldades e oportunidades para transformação digital no Ministério Público apontadas em oficina realizada em abril, com representantes de todas as unidades e ramos<sup>2</sup>; o Diagnóstico do

<sup>2</sup> [Em Brasília, membros do Ministério Público fazem mapeamento de sistemas utilizados para a atuação finalística.](#)



Ecosistema de Inovação no Ministério Público Brasileiro<sup>3</sup>, promovido pela Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU); além das estratégias digitais de diversos órgãos nacionais e internacionais como CNJ, Governo Federal (Secretaria de Governo Digital), TCU, Controladoria Geral da União (CGU), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD-ONU), e Governos da Dinamarca, Estados Unidos, Estônia, Reino Unido e Suécia.



No dia 27 de outubro, a Comissão de Planejamento Estratégico (CPE) se reuniu com especialistas de órgãos públicos com conhecimento e prática em inovação e transformação digital, a fim de colher contribuições para o planejamento da Estratégia Nacional do MP Digital.

O encontro ocorreu na sede do InovaEscola, vinculada à Escola Superior do Ministério Público (ESMPU), em Brasília, e contou com o apoio do Laboratório de Inovação do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MP/RJ), que, em agosto deste ano, assinou acordo com o CNMP para aprimorar a gestão e os processos de inovação e transformação digital.

<sup>3</sup> ESMPU. Diagnóstico do Ecosistema de Inovação no Ministério Público Brasileiro (Relatório resumido). Disponível em: [https://escola.mpu.mp.br/servicos-academicos/atividades-academicas/inovaescola/curadoria/1\\_aniversario\\_lab/diagnostico\\_de\\_ecossistema\\_de\\_inovacao/Relatorio\\_resumido\\_diagnostico\\_ecossistema\\_inovacao](https://escola.mpu.mp.br/servicos-academicos/atividades-academicas/inovaescola/curadoria/1_aniversario_lab/diagnostico_de_ecossistema_de_inovacao/Relatorio_resumido_diagnostico_ecossistema_inovacao). Acesso em 8 de outubro de 2022.

Ao longo do evento, a equipe da CPE apresentou as dimensões da estratégia e aprendeu com as experiências de órgãos referência como Tribunal de Contas da União (TCU), Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e Secretaria de Governo Digital (SGD).

O planejamento será adaptável e terá como princípios a atuação colaborativa e o respeito à autonomia de cada ramo e unidade, preservando que cada um escolha os melhores caminhos tecnológicos e de sistemas, diante do seu contexto.

#### Notícias relacionadas:

[Comissão do CNMP reúne instituições para debater e receber contribuições sobre a Estratégia Nacional do Ministério Público Digital](#)

[CNMP e MP/RJ assinam convênio para aprimorar gestão e processos de inovação e transformação digital Acordo de Cooperação Inova](#)

## ACORDOS DE COOPERAÇÃO PARA ACESSO A BASES DE DADOS

### PLATAFORMA INTEGRADA DE OPERAÇÕES E MONITORAMENTO DE SEGURANÇA PÚBLICA (CÓRTEX)



Ciente da dificuldade em obter acesso a bases de dados - acentuada pela ausência de um marco normativo que estabeleça regras claras para o compartilhamento de dados governamentais-, o Projeto atua proativamente para que o CNMP celebre parcerias institucionais relevantes para acesso a bases de dados de interesse estratégicos do Ministério Público.

Nesse sentido, o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), por meio das Comissões de Planejamento Estratégico e do Sistema Prisional, Controle Externo da Atividade Policial e Segurança Pública, o Ministério Público Federal (MPF) e o Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) assinaram acordo de cooperação técnica e operacional para acesso à Plataforma Integrada de Operações e Monitoramento de Segurança Pública (Córtex). A solenidade de assinatura ocorreu no dia 20 de setembro, durante a 14ª Sessão Ordinária de 2022 do CNMP.

O acordo permitirá o intercâmbio de conhecimentos, informações, dados e tecnologias entre o CNMP, o MPF e o Ministério da Justiça, por meio do compartilhamento das atividades finalísticas para assegurar a efetividade das políticas públicas promovidas pelas instituições. Também estão previstas a criação de base nacional de torcedores impedidos de acesso a estádios de futebol, a fiscalização eletrônica em grandes eventos e o compartilhamento de informações sobre inquéritos policiais e ações judiciais.

Implantado pelo Ministério da Justiça, em 2021, o Córtex é uma plataforma de dados que tem como objetivo a gestão de operações de segurança pública para a atuação integrada entre os órgãos do Sistema Único de Segurança Pública (Susp) e instituições colaboradoras. A plataforma também faz o monitoramento de

atividades e indicadores da execução das operações de segurança pública; e o provimento de consciência situacional por meio de funcionalidades desenvolvidas com base na integração a webservices de interesse da segurança pública.

**Notícia relacionada:**

[CNMP, MPF e Ministério da Justiça firmam acordo para acesso à Plataforma Integrada de Operações e Monitoramento de Segurança Pública](#)

## REUNIÕES INTERINSTITUCIONAIS

### CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ)



Com o objetivo de fortalecer a articulação e a cooperação entre os órgãos do sistema de Justiça, integrantes do Projeto de Governança de Dados e Transformação Digital no MP realizaram, no dia 30 de agosto de 2022, reunião institucional com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), para propor medidas quanto ao aprimoramento dos mecanismos de integração dos sistemas processuais do Poder Judiciário com as soluções tecnológicas utilizadas pelo Ministério Público.

**Notícia relacionada:**

[Ministério Público e Judiciário discutem aperfeiçoamento do sistema eletrônico de trâmite de processos](#)

No mesmo sentido, representantes do CNMP participaram de reuniões, nos dias 17 e 20 de outubro, na sede do Conselho Nacional de Justiça, com a finalidade de pactuar as providências necessárias ao saneamento de inconsistências identificadas na base de dados do Banco Nacional de Monitoramento de Prisões (BNMP 2.0), conforme disposições da Resolução nº 251, de 4 de setembro de 2018. As ações também possuem como foco a interface com o Sistema Eletrônico de Execução Unificado - SEEU, haja vista sua estreita correlação com o BNMP no âmbito da execução penal.

## **GRUPO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO CONSELHO NACIONAL DOS PROCURADORES-GERAIS (GNTI/CNPG)**

Integrantes do Projeto de Governança de Dados e Transformação Digital se reuniram com representantes do Grupo Nacional de Tecnologia da Informação do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais (GNTI/CNPG), no dia 28 de outubro, com objetivo de conformar as atribuições das instituições, somar esforços e evitar sobreposições de iniciativas.



Na oportunidade, foram previstas ações conjuntas relativas à cibersegurança, educação digital e inovação, as quais serão abordadas nos próximos encontros institucionais.

### **Notícia relacionada:**

[CNMP se reúne com Grupo Nacional de Tecnologia da Informação do CNPG para alinhar estratégias de atuação](#)

## **INSTITUIÇÃO DE GRUPOS DE TRABALHO**

### **REVISÃO E ATUALIZAÇÃO DA RESOLUÇÃO Nº 102/2013**

O Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), por meio da Comissão de Planejamento Estratégico (CPE), instituiu, mediante [Portaria CNMP-Presi nº 81/2022](#), grupo de trabalho para revisão e atualização da [Resolução nº 102, de 23 de setembro de 2013](#), a qual disciplina, no âmbito do Ministério Público, procedimentos relativos à contratação de soluções de Tecnologia da Informação.

O objetivo do GT é atualizar a norma para estabelecer diretrizes de apoio à inovação digital no Ministério Público, especialmente em relação às regras e procedimentos de contratação de produtos e serviços que favoreçam ações inovadoras.

### **Notícia relacionada:**

[CPE institui grupo de trabalho para revisar e atualizar resolução do CNMP que disciplina contratação de soluções de Tecnologia da Informação](#)

## **PROMOÇÃO DE ESTUDOS ACERCA DA REFORMULAÇÃO DA POLÍTICA DE PESSOAL DE TI**

Considerando a atual crise estabelecida com a perda de talentos técnicos das unidades de TI para o mercado privado (nacional e internacional); e considerando que a transformação digital almejada pelo Ministério Público depende, sobremaneira, da estruturação das áreas de TI, a Comissão de Planejamento

Estratégico (CPE/CNMP) solicitou à Presidência do CNMP a instituição de grupos de trabalho para promover estudos acerca da reformulação da política de pessoal de TI.

Com efeito, foram instituídos mediante portaria [CNMP-PRESI n° 220 de 6 de julho de 2022](#) e [CNMP-PRESI n° 221 de 6 de julho de 2022](#) grupos de trabalho para a elaboração de enunciados técnicos referidos nas alíneas “d” e “e” do artigo 8º, § 1º, do capítulo III, Seção II, da Resolução CNMP n° 171/2017, que tratam, respectivamente, de “critérios de dimensionamento das equipes de TI, prioritariamente aquelas responsáveis pelas atividades de governança, segurança da informação, desenvolvimento de softwares, banco de dados, aquisição e contratos, atendimento ao usuário e infraestrutura”, e “plantões e sobreavisos das equipes de TI para o desempenho de atividades técnicas extraordinárias, nos termos da legislação aplicável”.

**Notícia relacionada:**

[CNMP institui grupos de trabalho para elaborar enunciados técnicos na área de tecnologia da informação](#)

-Geral do CNMP.